



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

THAÍS NAYANA SANTOS DA COSTA

**IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
(BNCC) DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
CAMPO GRANDE - MS**

**CAMPO GRANDE
2023**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

THAÍS NAYANA SANTOS DA COSTA

**IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
(BNCC) DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
CAMPO GRANDE - MS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência para
conclusão do curso de Pedagogia, da
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul, sob a orientação da Prof.^a Dra.
Solange Jarzem Fernandes

**CAMPO GRANDE
2023**



THAÍS NAYANA SANTOS DA COSTA

FOLHA DE AVALIAÇÃO

**IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
(BNCC) DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
CAMPO GRANDE - MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para conclusão do curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Prof.^a Dra. Solange Jarcem Fernandes.

Resultado: _____

Campo Grande, MS, ____ de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dra. Solange Jarcem Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Membro: Prof.^a Dra. Maria Angélica Cardoso
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Membro: Prof.^a Dra. Jéssica da Costa Brito
SEMED, Campo Grande, MS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me acompanhou e me acompanha todos os dias. Conheceu meus momentos mais difíceis, mas se manteve ao meu lado e me proporcionou conquistas inesquecíveis. Obrigado Deus por tudo. Pelo ontem, pelo hoje, por todo o sempre.

Sou grata a minha mãe Elen Carolina dos santos e ao meu pai Valdinei dias da costa. Estas palavras escritas não podem expressar o quanto sou grata aos senhores por suas orações, as quais tenho certeza que me traspassaram forças para continuar e terminar este trajeto tão importante da minha vida. Deixo exposta minha admiração, por serem exemplo de coragem e determinação. Amo vocês.

E deixo a minha gratidão a orientadora, Dra. Solange Jarcem Fernandes, pela participação excepcional em todas as fases do processo deste projeto.

RESUMO

Este trabalho, teve como objetivo, fazer uma descrição Referencial Curricular para a Educação Infantil no Município de Campo Grande, MS, para adequação à Base Nacional Comum Curricular. Para isso, foram feitos levantamentos qualitativos de publicações elaboradas para descrição da Base Nacional Comum Curricular, assim como as legislações que cooperaram para a criação da mesma, e os autores que discorreram sobre o tema e suas contextualizações. Observa-se que para se alcançar o detalhamento da descrição, especificamente na Rede Municipal de Ensino, foi necessária a ênfase no Referencial Curricular – REME, volume um, o qual englobou a redação da Base Nacional Comum Curricular, com modificações e recomendações específicas para o referido município. Dessa forma, pôde-se inferir a contribuição do material da Secretaria Municipal de Educação, por meio dos seis eixos norteadores, houve um amplo auxílio ao desenvolvimento dos direitos de aprendizagem para as crianças da educação infantil. Os eixos foram organizados em seis campos de experiência, além dos cinco pré-determinados pela BNCC, sendo acrescentado o: Mundo Social e Natural: Investigação, Relação, Transformação e preservação, e descritos para: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Palavras chave: Base Nacional Comum Curricular. Referencial Curricular para a Educação Infantil no município de Campo Grande, MS. Educação Infantil.

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil trata de uma dimensão das políticas educacionais integrada às políticas sociais. Sua concepção é normatizada pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil (BRASIL, 2009) e pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, todas as crianças devem ter acesso a recursos culturais e serviços públicos de qualidade em suas localidades de forma abrangente e ainda vão para instituições de ensino onde há materiais, infraestrutura e equipe experiente e que esta ofereça a todos, de forma abundante, oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

No percurso de construção desse posicionamento educativo, políticas curriculares surgiram para a educação infantil com uma perspectiva que se harmonize com a garantia dos direitos das crianças a uma educação de qualidade (BRASIL, 1988; BRASIL, 2009; BRASIL, 2017).

Por isso, o papel educacional das escolas na educação infantil, requer um planejamento concreto do currículo, por meio dos profissionais da educação, tornando importante que a escola proporcione um ambiente de socialização por meio da exploração, conhecimento, sobretudo pelas experiências. É necessário que o professor estruture seu plano de ensino em atividades lúdicas, reflexivas e conceituais sobre temas transversais que construam valores no cotidiano da criança.

O currículo pedagógico da creche a pré-escola é composto por módulos que precisam ser estabelecidos de acordo com os princípios, condições e objetivos estabelecidos por diretrizes. Esse privilégio permitiu a especificidade dos currículos da educação infantil, que o Estado reivindicou serem estruturados por campos de experiência, que é a organização que os une e ao mesmo tempo os distancia do currículo da educação básica.

Essas experiências para Almeida e Rojas (2003), evidenciam a necessidade da/do profissional da educação, formatar um trabalho que não se baseie somente no papel de cuidador(a), mas sobretudo na ação educadora. Por isso, o presente trabalho objetivou descrever a implantação das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, voltadas para a educação infantil na rede municipal de Campo Grande, MS. Tendo em vista que o documento estabelece alterações significativas nos campos de

experiências e das idades específicas para o desenvolvimento das habilidades na educação infantil. Para isso, foi necessária a análise qualitativa de documentos, publicações e artigos, sobretudo do Referencial Curricular para a REME, desenvolvido pela SEMED, baseado na BNCC.

2.0 DA CRIAÇÃO A IMPLANTAÇÃO DA BNCC

A Constituição Federal brasileira (1988), institui em seu artigo 205 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O artigo 208 (BRASIL, 1988) estabeleceu que é obrigação do Estado “atender crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas”, garantindo assim o seu direito à educação (BRASIL, 1988).

Para compreender essas mudanças, é necessário criar uma linha do tempo destacando os fatos relevantes para a instituição de um currículo pré-definido na educação brasileira. Faz-se necessário, voltar ao ano de 1994, onde a Política Nacional de Educação Infantil delineou diretrizes pedagógicas e recursos humanos com os objetivos de: ampliar as vagas para crianças de 0 a 6 anos, fortalecer o conceito de educação infantil no qual foi possível promover a qualidade no dia a dia de atendimento em creches e pré-escolas.

Ainda defendeu que compete ao Estado formular políticas, implementar programas e viabilizar recursos que garantam à criança desenvolvimento integral e vida plena, de forma que complemente a ação da família. Em sua breve existência, a educação das crianças de 0 a 5 anos, como um direito, vem conquistando cada vez mais afirmação social, prestígio político e presença permanente no quadro educacional brasileiro (BITTAR, SILVA E MOTTA, 2003, p.39).

Em 2005, o Ministério da Educação elaborou uma Política Nacional de Educação Infantil, que estabeleceu as diretrizes, metas, objetivos e estratégias para essa etapa da educação básica, uma delas esclarece que: “A educação infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação” (BRASIL, 2005, p.17).

Em 2015, o MEC iniciou uma pesquisa para a elaboração de um parecer sobre o que seria uma Base Comum Curricular. Foram convidados cerca de 120 (cento e vinte) profissionais da educação, entre professores da educação básica e superior de diversas áreas do conhecimento, para a elaboração de um documento que

resultou na primeira edição da que se chamou de Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta versão esteve aberta para comentários e consultas na Internet entre outubro de 2015 e março de 2016. Segundo dados do MEC, o texto contou com mais de 12 milhões de inscrições, envolvendo cerca de 300 mil pessoas e instituições. Também contou com a opinião de especialistas brasileiros e estrangeiros, membros de associações científicas e da academia.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNEB, 2010) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pode-se compreender a BNCC da seguinte forma:

Os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; nos movimentos sociais (PARECER CNE/CEB nº 07 de 07//2010, p. 31).

De acordo com o documento disponibilizado pelo Ministério da Educação:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (BNCC, p.7, 2017).

Tendo em vista que a BNCC deve ser adequada nos currículos estaduais e municipais, a implantação formal no estado de Mato Grosso do Sul, foi iniciado em 2017 por meio de uma comissão formada pela: Secretária de Estado de Educação, Conselho Estadual de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso do Sul, União dos Conselhos Municipais de Educação e a Federação dos Trabalhadores em Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (SED, p.1, 2017).

Segundo o relatório do Conselho Estadual de Educação, emitido em 2018, o objetivo dessa comissão baseou-se: “No compromisso para o estabelecimento e cumprimento das premissas do regime de colaboração. Assim, o Estado e os Municípios de Mato Grosso do Sul assumem a responsabilidade do processo de aprendizagem dos estudantes de todo seu território, independentemente de redes de ensino” (SED, p.1, 2017)

Ainda, de acordo com o documento:

“O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul propõe uma Educação Integral, que reflita tanto na formação quanto no desenvolvimento humano global, o que pressupõe romper com a ideia

de um currículo que privilegia a dimensão cognitiva em detrimento da afetiva” (SED, p.1, 2017).

Ao que se refere a educação infantil, o relatório enumerou cinco experiências que contribuem para o desenvolvimento de habilidades na criança: o Eu, o Outro e o Nós; O Corpo, Gestos e Movimentos; Os Traços, Sons, Cores e Formas; A Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; e os Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.

3.0 A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO

De acordo com o artigo 29 e 30 da LDB 9.394 (BRASIL, 1996), a educação infantil, primeira etapa da educação básica, visa o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, mentais, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil também desempenha um papel na qualificação das crianças para o cosmo escolar e para o ingresso no Ensino Fundamental.

As instituições de educação infantil, como meio de socialização devem proporcionar contatos entre adultos e crianças de diferentes origens, raciais, sociais e culturais. Isso faz com que se transmuda essa diversidade em um lugar de experiência educacional. Dessa forma, a escola cria as condições necessárias para que as crianças conheçam e descubram novos sentimentos como: compreensão, respeito, diálogo, amizade, amor, gentileza, demonstrações de afeto, etc. Buscando assim os valores ideais de seu papel social na formação da personalidade do indivíduo.

De acordo com Ramos:

Cada Personalidade ou Indivíduo ou Tipo Constitucional é ímpar, ou seja, apresenta caracteres somáticos e psicológicos que poderão se semelhantes, porém, nunca iguais ao de outra personalidade no decorrer de toda duração das vidas físicas e psíquica. Cada personalidade, cada indivíduo é um só e nunca uma personalidade ou indivíduo é exatamente igual a uma outra personalidade, mesmo que a engenharia genética possa reproduzir. Isso quer dizer que a personalidade é o resultado das experiências e influências que recebemos durante toda nossa vida. (RAMOS, 1991, p. 3)

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), no contexto educacional brasileiro, surgiram em 1996, dentro dos parâmetros do currículo nacional, paralelamente à renovação do sistema educacional, em que a ética e a cidadania eram princípios norteadores da educação. Esses eixos representavam questões importantes e urgentes presentes no cotidiano da sociedade brasileira da época (BRASIL, 1997)

O Conselho Nacional de Educação, definiu a transversalidade da seguinte forma:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

Em 1996, os TCTs, inicialmente, foram divididos em seis áreas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Ética; Orientação Sexual; Pluralidade Cultural; Meio Ambiente; Trabalho e Consumo e por último, Saúde.

Em 2017, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os diversos temas de grande relevância social, foram considerados como transversais e inclusivos de uma educação que visa uma sociedade mais justa, igualitária e ética, como um trabalho educacional de alto nível além do ensino de conteúdos científicos.

Sendo assim, a BNCC ampliou os TCTs (Figura 1), proporcionando ao professor e a escola, uma educação infantil construída por conhecimentos "que afetam a vida humana em escala local, regional e global" (BRASIL, 2017).

Figura 1: Temas Transversais na Base Nacional Comum Curricular.



Fonte: BRASIL. Temas Contemporâneos e Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos (2019, p. 13).

Desde a LDB (BRASIL, 1996) até o presente, há um número significativo de documentos publicados pelo MEC que tratam da educação infantil. Esses documentos também

produzem o currículo pois orientam as formas de organização física, estrutural, pedagógica ou profissional de toda a etapa de ensino. Esse conjunto de instrumentos legais e documentos educativos buscava equalizar, identificar e descrever questões relacionadas às diferenças e a diversidade na educação.

O artigo 210 da Constituição Federal de 1988 defendeu “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum”. Em seguida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 26 (BRASIL, 1996), manifestou a necessidade de uma base comum, acrescentando que cada sistema e instituição educativa deveria conter uma parte diversa, tendo em conta as especificidades locais.

Dessa forma os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997), assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a educação Infantil o ensino médio (BRASIL, 1998) e o Ensino Fundamental (BRASIL, 2010) foram criados com a intenção original de criar um padrão curricular nacional. No entanto, em 2014, os esforços para edificar a base ganharam força passou por um processo de três anos que resultou na aprovação do documento da BNCC em 2017 (BRASIL, 2017).

De acordo com o documento final da Base Nacional Comum Curricular, ela pode ser descrita da seguinte forma:

A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. (BRASIL, 2017, p.5).

Segundo a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990)”, as necessidades essenciais:

Compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo (UNESCO, 1990, art.1, 1).

Em seu documento, a BNCC especifica que, nessa legislação, dois aspectos são destacados: "O primeiro estabelece a relação entre o fundamental-comum e o diferente em matéria curricular: competências e orientações são comuns, os currículos são diversos. A segunda diz respeito ao foco do curso" (BRASIL, 2018). Para distinguir o comum do diferente, o documento se baseia nos artigos 9º e 26º da LDB (BRASIL, 1996) e expressa a ideia de que haverá uma parte diversificada que leve em conta as especificidades regionais e locais.

A Lei nº 13.005/2014, do Plano Nacional de Educação (PNE), é descrita no texto da BNCC como:

[...] diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento [...] respeitadas as diversidades regional, estadual e local". Além da meta 7, do PNE, a qual propõe "[...] fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem [...]" (BRASIL, 2014, p. 4).

Dessa forma, a BNCC, se colocou como subsidiária do PNE, já incluiu direitos e metas de aprendizagem e desenvolvimento que são apresentados em conjunto com indicadores quantitativos para avaliar a qualidade da educação. Basicamente a fundamentação pedagógica do material analisado é na verdade habilidades de ensino, onde o limite é a preparação do aluno "[...] para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho [...]" (BRASIL, 2018, p. 13).

Mas, a recomendação de um currículo nacional para a educação infantil se baseou nas diretrizes curriculares nacionais para educação infantil, publicadas pela primeira vez em 1999 e ampliadas em 2009. Este documento obrigatório faz parte do currículo da educação infantil com o objetivo de promover a "articulação dos saberes e das experiências das crianças com o conjunto de conhecimentos já sistematizados pela humanidade, ou seja, os patrimônios cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico" (BRASIL, 2009, p. 06)

A inclusão da educação infantil na proposta de uma base nacional comum para a educação básica, por um lado, é relevante, pois permite a implementação de diretrizes curriculares por meio de práticas pedagógicas que respeitem as diferentes dimensões da infância e os direitos da criança. Mas, para Campos e Barbosa (2016), dependendo do momento político e econômico que o país vive, pode-se obter interpretações errôneas por parte dos professores, levando-os a interpretar

erroneamente o currículo como uma lista de aptidões que as crianças devem adquirir como parte de sua permanência na primeira infância.

A oferta de currículo por campos de experiências incluiu foco em programas da creche e pré-escola, como: ações infantis, falas, saberes e ações, no qual os professores da pré-escola podem interpretar e ressignificar a situação educacional. Assim, ao desenhar um programa baseado nas experiências de meninos e meninas, o campo da Educação Infantil mostra que as necessidades das crianças “tanto do ponto de vista de seu desenvolvimento quanto de sua relação com a sociedade passam a ser pontos de referência dos projetos educativos” (SACRISTÁN, 2000, p. 42).

A BNCC propôs dez competências gerais para o desenvolvimento das habilidades dos educandos: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e criativo; Senso estético e repertório cultural; Comunicação.; Cultura digital; Autogestão; Argumentação; Autoconhecimento e autocuidado; Empatia e cooperação e Autonomia.

Por isso, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (CEE/MS), em seu parecer orientativo de nº 351/2018, evidencia que:

O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul propõe uma Educação Integral, que reflita tanto na formação quanto no desenvolvimento humano global, o que pressupõe romper com a ideia de um currículo que privilegia a dimensão cognitiva em detrimento da afetiva. No Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul constam as dez competências gerais como princípios norteadores, definidas na Base Nacional Comum Curricular, por entender que a BNCC é um documento normativo e que as áreas do conhecimento, os componentes curriculares e os campos de experiências, proporcionarão habilidades (SED, CEE/MS, RELATÓRIO I, 2018, p.1)

Espera-se que nessa perspectiva, as crianças sejam vistas como participantes ativos de uma rede social formada desde cedo, e edifique suas relações sociais por meio do desenvolvimento da comunicação e da linguagem. Associando isso ao alargamento dos contextos de interação, as crianças ampliam suas oportunidades de domínio do mundo ao seu redor, ampliando a cultura de seus pares e reconstruindo a cultura dos adultos.

3.1 O CÚRRICULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MS.

Desde o ano de 2014, a educação infantil tornou-se responsabilidade exclusiva da Secretária Municipal de Educação (SEMED). Buscando qualificar as ações

desenvolvidas com as crianças oferecendo subsídios para o trabalho pedagógico, a SEMED desenvolveu um Referencial Curricular de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo a secretária o documento “visa orientar o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos de instituições que oferecem educação infantil, favorecendo a promoção de experiências e conhecimentos essenciais e significantes para todas as crianças matriculadas nas escolas municipais” (SEMED, 2020, p.19).

Em sua apresentação, o documento esclarece que:

O estudo e a reflexão sobre o ensino e a aprendizagem das crianças na Rede Municipal de Ensino (Reme) foram incrementados com o processo de construção da BNCC, culminando na publicação do documento intitulado “Orientações Curriculares para a Educação Infantil: jeitos de cuidar e educar”, em 2017. Entretanto, as discussões sobre o currículo continuaram nos âmbitos nacional, estadual e municipal e, após a homologação da BNCC, em dezembro de 2017, fez-se necessária a elaboração deste Referencial Curricular em conformidade com os campos de experiências apresentados pela política recém-implantada, visando a uma melhor aprendizagem por parte da criança, concebida como sujeito de direitos que precisa ser entendida em suas especificidades e atendidas em seus modos próprios de aprender e de agir no mundo (SEMED, 2020, p. 19).

O documento destaca o cuidado e a educação relacionados à concepção de infância e da criança construída socialmente, por meio dos campos de experiências orientados pela BNCC. Em seu desenvolvimento, os elenca em tópicos: Elementos que consideram a pluralidade, a diversidade, as diferenças e, fundamentalmente, elementos culturais e seus contextos; aspectos conceituais em torno da educação, do conhecimento, currículo e da aprendizagem; os eixos condutores do trabalho (SEMED, 2020, p.19, 20).

O referencial pode ser compreendido como uma reelaboração da BNCC, tendo em conta a especificidade dos saberes relacionados com as crianças da educação infantil, permitindo organizar as práticas educacionais e dar um carácter intencional às ações educacionais desenvolvidas nas instituições municipais de Campo Grande.

Além disso, o documento reforça que:

“Serve de base para que cada instituição elabore seu Projeto Político Pedagógico (PPP), marcando a sua identidade e dando referências para os professores organizarem os planos anuais de ensino e planos de atividades de sua ação docente” (SEMED, 2020, p.24).

Em se tratando especificamente da educação infantil, três principais grupos podem ser destacados: os bebês de 0 a 1 ano a 6 meses; as crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses e as crianças pequenas de 4 anos a 5 anos

e 11 meses. Para esses grupos os dois eixos estruturantes são as interações e as brincadeiras (BRASIL, 2020).

No entanto, o referencial destaca as diferenças das idades propostas entre a BNCC e a Reme:

Foi necessária uma adequação entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Assim, os objetivos correspondentes na BNCC às crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) atendem aos Grupos 2 (2 a 3 anos) e 3 (3 a 4 anos) da Rede Municipal de Educação do município de Campo Grande. Já os correspondentes às crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) atendem aos Grupos 4 (4 a 5 anos) e 5 (5 a 6 anos). Em atendimento à especificidade de cada Grupo, foram elaborados objetivos complementares, visando a atender às necessidades das faixas etárias da Reme e ampliar as possibilidades de organização do trabalho docente. (SEMED, 2020, p.45).

No que diz respeito a interação e o brincar, é evidente que são importantes na vida escolar das crianças pois por meio do brincar, a criança desenvolve sua capacidade de se comunicar e interagir com o meio ambiente. Dessa forma Kishimoto salienta:

É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar, sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver (2010, p. 01).

Por isso, para o desenvolvimento das crianças na área escolar é importante garantir e possibilitar a troca entre adultos e crianças por meio da brincadeira, esta experiência dá a permissão para o sujeito se expressar e aproveitar sua curiosidade e criatividade. A teoria sociointeracionista de Vygotsky é descrita por Oliveira como:

A promoção de atividades que, favoreçam o envolvimento da criança em brincadeiras, principalmente aquelas que promovem a criação de situações imaginárias, tem nítida função pedagógica. A escola, e particularmente, a Pré-escola poderiam se utilizar deliberadamente desse tipo de situações para atuar no processo de desenvolvimento das crianças. (OLIVEIRA, 1998, p. 67).

Na educação infantil, tanto a BNCC quanto o Referencial para REME trabalham com os Campos de Experiência, que buscam a garantia de que os direitos de brincar; conviver; participar; explorar; expressar e conhecer-se, sejam adquiridos pelas crianças que advém das diferentes experiências oferecidas na escola.

Contudo, em 2017, a Gerência da Educação Infantil (Geinf)¹, da Rede Municipal de Campo Grande/MS no documento “Orientações curriculares para Educação Infantil: jeitos de cuidar e educar”, propôs a criação de um sexto campo: “Mundo social e natural: investigação, relação, transformação e preservação” juntamente com a alteração do campo “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, tornando-se “Escuta, fala, escrita, pensamento e imaginação”, (SEMED, 2020, p.34 a 43). Justificaram a primeira modificação informando que “[...] foi elaborado para atender às especificidades da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande”. Para o segundo, alegaram que “[...]” é relevante dar visibilidade aos processos de escrita que compõem os conhecimentos necessários às crianças nesta etapa da educação básica.” (SEMED, 2020, p.43).

3.1 O Eu o Outro e o Nós, o que propõe o documento

Esse campo trabalha com a construção da identidade do sujeito e dos outros, pois a valorização e o respeito às diferenças se constroem na relação com o outro.

Percebe-se que por meio das referidas recomendações há possibilidade de produzir experiências sociais pela combinação de diferentes situações permitindo que as crianças produzam processos de significação sobre o mundo, sobre si e sobre os outros, seja para legitimar suas interpretações, para compartilhar suas descobertas com os colegas ou adultos, para desafiar, contornar ou subverter códigos, normas culturais e valores.

3.2 Corpo, Gestos e Movimentos, o que propõe o documento

O corpo é um elemento importante para o desenvolvimento da criança sendo considerado como um incentivo para a construção de si mesma, pois ao descobrir seu funcionamento, suas capacidades e seus limites, é possível explorar o mundo por meio de diferentes linguagens e movimentos. Para o referencial, um dos objetivos deste campo é “[...] possibilitar às crianças experiências que oportunizem o conhecimento do seu próprio corpo, das suas diferentes formas de expressão, de comunicação e de movimentação, desenvolvendo noções sobre saúde e autocuidado (SEMED, 2020, p.57).

¹ A Gerência de Educação Infantil é parte da Superintendências de Educação Básica da REME. O termo gerência se refere as formas de organização de empresas. Na empresa capitalista é o responsável direto pelo planejamento, direção, organização e controle das ações, atuando também como elemento de mediação nas organizações.

O esquema corporal, que pode ser entendido como a organização de todas as sensações relativas ao próprio corpo, em relação ao mundo exterior, consiste em uma representação mental de si mesma. Por isso é por meio das inúmeras brincadeiras, que a criança constroi suas relações e compreensão de si mesma.

3.3 Traços, Sons, Cores e Formas, o que propõe o documento

Vivenciar experiências com diversas possibilidades culturais, científicas e artísticas são experiências na qual as crianças podem potencializar uma infinidade de formas de expressão. Ao mesmo tempo, podem expressar formas de comunicação, como por meio da arte, da música, do movimento e dos gestos. Neste campo, o referencial “[...] destaca as experiências das crianças de forma significativa, proporcionando a ampliação do seu repertório cultural” (SEMED, 2020, p.65).

A cultura é uma linguagem individual, inserida por meio das experiências sensoriais. Ela se desenvolve em uma simples dança e tende a se consolidar com o auxílio de atividades mais complexas e que exigem da criança coordenação e criatividade. A criança se expressa através de diferentes elementos e a imaginação que tem um papel importante em todo este processo.

3.4 Escuta, fala, escrita, pensamento e Imaginação, o que propõe o documento

Este campo trata as crianças do ponto de vista da linguagem e da comunicação desde o primeiro dia nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs). Com o tempo, a criança amplia e enriquece seu vocabulário e pensamentos, torna-se um sujeito com características próprias e se caracteriza cada vez mais como um grupo cultural. Ao somar a escrita, o referencial dialoga que “[...] a oralidade, a leitura e a escrita são expressões de linguagem e se articulam na forma como as crianças se colocam no mundo, como perguntam, explicam, narram e dialogam.” (SEMED, 2020, p.73).

Os primeiros anos de vida são fundamentais no aprendizado e no desenvolvimento da criança, de modo que a linguagem e a comunicação na educação infantil torna-se de extrema importância. O vocabulário é um dos meios que facilitam a comunicação com os demais, no entanto a criança, desde os primeiros dias de vida comunica-se sem necessidade de ter desenvolvido a língua. Durante sua inclusão no ambiente escolar, é onde se aperfeiçoa o linguagem trazida de seu ambiente social.

As oportunidades de trabalho para este processo são infinitas, e os resultados também.

3.5 Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações, o que propõe o documento

O quinto campo de experiência convida as crianças a explorar e interagir com o mundo exterior, objetos e pessoas, promovendo o aumento de seus conhecimentos, além de gerar “experiências significativas que busquem o desenvolvimento de noções de espaço, tempo e quantidade, articulando com os conhecimentos matemáticos por meio de situações que desafiem os saberes iniciais das mesmas” (SEMED, 2020, p.84)

O pensamento lógico faz referência ao uso da razão, mediante o qual o ser humano é capaz de decodificar os códigos de uma informação que lhe chega pelos sentidos e infere-se relações de causalidade. Este campo de experiência, aliado as recomendações possibilita a criança a compreender a realidade do mundo que a cerca e proporciona a capacidade de resolver os conflitos que podem se apresentar usando o raciocínio. Esta habilidade para as crianças passa do concreto ao abstrato, fazendo-as serem capazes de desenvolver seus próprios motivos hipotéticos-dedutivos.

3.6 Mundo Social e Natural: Investigação, Relação, Transformação e Preservação, o que propõe o documento

Construir crianças em conexão com a natureza também é preservar o futuro do planeta. A criança que convive com o meio natural e desenvolve afinidade com a natureza aprecia e cuida do mundo ao seu redor porque o respeita e a reconhece como seu ambiente. Por isso, o referencial destaca, que “as transformações passíveis de ocorrer com os elementos da natureza na sua interação com o homem e a preservação dos ambientes são conhecimentos pertinentes a este campo de experiências” (SEMED, 2020, p.93).

As crianças precisam estar em contato com o mundo ao seu redor para se desenvolverem de forma integral. Em uma realidade em que elas encontram-se cercadas por meios tecnológicos, este campo de experiência, as leva ter um contato mais direto com o meio ambiente e seus componentes. Um contato além das descrições dos livros e das informações e imagens virtuais. Estar em contato com o

meio natural promove a formação física, intelectual, emocional e relacional, tornando-as conscientes e responsáveis.

4. CONCLUSÃO

Percebe-se que para os (as) docentes desenvolverem sua prática, infere-se que é possível, de forma antecipada a sua aula, determinar o campo de experiência que será colocado em prática, elencar quais objetivos deseja que os alunos alcancem, e por fim, planejar as atividades a serem realizadas. Ele então implementa as atividades específicas, mantém um registro dos acontecimentos durante a aula e, finalmente, avalia o quanto perto cada aluno chegou do objetivo predeterminado delineando como agir nas próximas práticas educacionais.

Das evidências que surgiram diante do exposto, depreende-se que, sob a orientação do Referencial Curricular, o professor tem uma das possibilidades de promover experiências lúdicas e interativas na educação infantil, que permitam o alcance dos objetivos de aprendizagem para cada faixa etária. Dessa forma, garante o desenvolvimento integral dos bebês e das crianças, baseando-se na aquisição de aptidões essenciais no âmbito escolar e social.

Portanto, percebe-se, que da análise realizada no Referencial Curricular da Reme para se adequar as propostas da BNCC para a educação infantil (2017), propiciou um conhecimento do documento, porém neste levantamento não foi possível analisar a implementação nas escolas de educação infantil do município, configurando-se, dessa forma, como um futuro objeto de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, O. A. DE e ROJAS, J. (2003). **A atividade docente em contexto: uma experiência de prática de ensino em educação infantil, com crianças de 0 a 3 anos.** 2003
- BITTAR, M.; Silva, J. P. de O. e MOTTA, M. C. A. In: Russeff, I. e Bittar, M. (orgs.) (2003). **Educação Infantil: política, formação e prática docente.** Campo Grande. 2003.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996, p. 27.833.
- BRASIL Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC-SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética Brasília: MEC-SEF, 1997.
- BRASIL 1998. Constituição Brasileira de 1988. 10 ed. Atualizada em 1998. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- BRASIL. 1998. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB 022/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.**
- BRASIL. 1999. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CEB Nº 1. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB 020/2009. Resolução CNE/CEB n. 5/2009 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Câmara da Educação Básica, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n. 07/2010, de 7 de julho de 2010. Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. [S. l.]: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base. MEC/CONSED/UNDIME, Brasília, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado, 292p, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 21 de maio de 2023.
- BRASIL. Lei no 13.005/2014. Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, 25 de junho, Brasília, 2014. Disponível em: <pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase> Acesso em: 25 de maio de 2023.
- CAMPOS, Rosânia. BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **BNCC e Educação Infantil: Quais as possibilidades?** Revista Retratos da Escola, 2016.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **As três leis do Império Tupiniquim.** Revista Veja, São Paulo, abril, ed. 1825, ano 36, n. 42, p. 20, 22/28 out. 2003. Coluna Ponto de Vista.
- KYSHOMOTO, Tizuko Mochida. **Brinquedo e Brincadeiras na Educação Infantil.** In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Belo Horizonte, nov. 2010.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky – Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico.** p. 67. São Paulo: Scipione, 1998.

RAMOS, José Junior. **Personalidade**. São Paulo: Sarvier, 1991.

SACRISTÁN, Jose Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed. 2000

SED. Conselho Estadual de Educação. Relatório I. Parecer Orientativo n.º 351/2018. Campo Grande. Mato Grosso do Sul. Secretária Estadual de Educação. 2018.

SEMED. **Referencial Curricular-REME, v1**. Campo Grande, 2020. Campo Grande, MS. Prefeitura Municipal de Campo Grande. Secretária Municipal de Educação.

SOUSA, Jorge Luís Umbelino. **Currículo e projetos de formação: Base Nacional Comum Curricular e seus desejos de performance**. *Rev. Espaço do Currículo*, v.8, n.3, p. 323-334, setembro a dezembro de 2015.

UNESCO [ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA]. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Tailândia: Unesco, 1990.